

1 **ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO FÓRUM BAIANO DE MUDANÇAS**
2 **CLIMÁTICAS E BIODIVERSIDADE**

3 No dia 21 de Julho de 2021 entre às 9h e 12h30 ocorreu à primeira reunião
4 extraordinária do Fórum Baiano de Mudanças Climáticas e Biodiversidades/ FBMC,
5 de forma virtual, através da Plataforma Teams, com os membros que representam
6 este Fórum, abaixo relacionados. Após a verificação de *quórum*, a Secretária Geral
7 do FBMC, Clarissa Amaral, leu os itens de Pauta: **1.** Aprovação da Ata da 4ª
8 Reunião Ordinária do FBMC realizada no dia 14/04/2021; **2.** Apresentação do
9 Professor Juracy Marques, da UNEB, sobre Impactos da instalação de usinas
10 eólicas nos ecossistemas baianos. **3.** Informes; **4.** O que ocorrer. A Secretária
11 Geral contextualizou a plenária que essa reunião foi convocada como
12 encaminhamento da 5ª Reunião Ordinária para tratar de 02 (dois) pontos: a) os
13 impactos das usinas eólicas nas comunidades e nos recursos hídricos e; b) o
14 monitoramento ou o que está sendo feito para monitorar esses impactos pelo
15 INEMA. Foi informado que a gravação da reunião da Câmara Temática que
16 aconteceu no dia 20/07/2021 será encaminhada aos membros e convidados que a
17 solicitaram. Em seguida, a Presidente do FBMC, Márcia Telles, saudou a todos e
18 esclareceu que, atualmente, está como Diretora Geral do INEMA e Secretária
19 Interina da SEMA, e afirmou seu propósito de dar continuidade as ações em
20 andamento. Em seguida, Renato Cunha (CEPRAM) explicou que a iniciativa de
21 convidar o Professor Juracy e o movimento social surgiu após as discussões feitas
22 na 5ª Reunião Ordinária quando foi abordado o potencial eólico e solar na Bahia.
23 Assim, essa apresentação de hoje seria complemento da discussão já iniciada.
24 Clarissa informou que a próxima reunião do Fórum será dia 16 de agosto e que a
25 sugestão é de que haja uma apresentação sobre o Programa de Convivência com
26 o Semiárido pelo Coordenador do Programa, André Santana da Casa Civil. Como
27 informe da CT de Resíduos Sólidos informou que haverá apresentação da SEDUR
28 sobre o Programa Estadual de Resíduos Sólidos, além de outra sobre tratamento
29 de efluentes que será feita pela EMBASA. Com relação aos Inventários de Gases
30 de Efeito Estufa, informou que a idéia é que tenhamos prévias em agosto. Renato
31 (CEPRAM) informou que houve a solicitação da CT de Agricultura, Pecuária e
32 Outros Usos da Terra foi solicitada apresentação sobre agroecologia. Retomando a
33 pauta, Clarissa passou a palavra para Juracy Marques (UNEB) que iniciou sua fala

34 agradecendo pelo convite e informou que convidou 03 (três) colegas que trabalham
35 com ele: Professor Flávio que estuda os impactos dos complexos eólicos da região
36 de Campo Formoso e Jaguarari, Alan que estuda o impacto dessas eólicas sobre
37 avefauna e população de morcegos e Andressa que também tratará do assunto. O
38 Professor Juracy afirmou perceber que o Brasil e, especialmente a Bahia, está
39 fazendo a opção por tecnologias que não estão mais sendo aceitas em outros
40 países como é o caso da China onde as torres já não têm mais as hélices que
41 podem ser comparadas a liquidificadores para a avifauna. Nesse sentido ressaltou
42 que a implementação desses empreendimentos está ao arrepio da Lei por não
43 obedecer a questão das rotas migratórias dessas aves. Para, além disso, afirmou
44 que há anos se vem criando um aparelhamento do Estado para a chegada desses
45 empreendimentos com diversas medidas tomadas ao longo do tempo. Chamou a
46 atenção, também, para o impacto da instalação dessas torres que geram grande
47 supressão de vegetação em topos de morros que são berços para importantes rios
48 como Itapicuru entre outros. Comentou que o Ministério Público está averiguando
49 se está sendo feito um parcelamento desses grandes complexos em
50 empreendimentos menores para haver a dispensa de licenciamento ambiental,
51 burlando, assim, a legislação. Também disse que a população está sendo privada
52 da informação sobre esses empreendimentos e seus impactos, apenas são
53 informados que haverá desenvolvimento e que ganharão dinheiro com isso. Em
54 sua fala, afirmou que isso vem ocorrendo num semiárido assediado por ser um
55 reservatório de grandes riquezas minerárias, extremamente pobre, com uma
56 população com enorme desigualdade, pouco índice educacional e onde o INEMA
57 está, propositalmente, desarticulado. Afirmou que, com a Instrução Normativa
58 Conjunta SDE/SDR/CDA/PGE 01/2020 que "*Dispõe sobre os procedimentos de*
59 *regularização fundiária em terras devolutas estaduais com potencial de geração de*
60 *energia eólica*", o Estado entregou quase 50% das terras do estado aos
61 empreendimentos e, nesse sentido, não acredita que haja preocupação com a
62 Política Ambiental na Bahia. Disse acreditar, ainda, que não há energia limpa com
63 método sujo. A Secretária de Meio Ambiente, Márcia Telles, trouxe alguns
64 esclarecimentos a partir da fala do Professor Juracy. Disse compreender as
65 preocupações apresentadas pelo Professor, entretanto acredita que sejam
66 importantes alguns esclarecimentos porque o INEMA não atua de forma
67 irresponsável ou de forma ilegal e isso precisa ficar claro para todos. Informou que

68 todos os licenciamentos publicados estão com suas licenças vigentes e que, se
69 houvesse ilegalidade, teriam sido suspensas. Explicou que o INEMA segue o que a
70 legislação estabelece e não de forma discricionária e que, havendo insatisfação da
71 sociedade é preciso que seja feito um movimento para alterar a Lei porque o
72 INEMA não pode negar um ato autorizativo por discordar ideologicamente disso ou
73 daquilo. A equipe técnica é muito competente e o INEMA não é um balcão de
74 licença e é preciso se respeitar o trabalho de análise técnica e legal. Assim,
75 acredita importante que os esforços sejam direcionados aos locais e instâncias
76 competentes e não é competência do INEMA alterar leis. O Professor Juracy disse
77 que o termo que usou é o princípio da precaução e que a lei precisa ser pensada
78 dessa forma e que o trabalho que desenvolvem é de pesquisa e verificam alguns
79 questionamentos do Ministério Público quanto aos procedimentos do INEMA.
80 Márcia lembrou que todos os questionamentos são feitos e que o Ministério Público
81 tem o dever de tomar providências para coibir qualquer irregularidade, ou seja, o
82 fato do Ministério Público abrir inquéritos para averiguar condutas não significa que
83 houve irregularidade, apenas o Ministério Público está cumprindo seu papel de
84 verificar o cumprimento da Lei e convidou o Professor Juracy para conversar
85 melhor sobre o entendimento de que haja uma desarticulação do INEMA no interior
86 do Estado. Professor Flávio Marques agradeceu a oportunidade e apresentou a
87 síntese de sua pesquisa de doutorado “Impactos socioambientais causados por
88 complexos eólicos nos municípios de Campo Formoso e Jaguarari, Bahia”.
89 Inicialmente apresentou uma contextualização sobre o potencial de geração de
90 energia eólica nessa região e também o atual cenário de empreendimentos
91 instalados. Trouxe aporte sobre a legislação com especial atenção à Resolução
92 CEPRAM nº 4.180/2011 que “*Aprova a Norma Técnica NT- (01/2011) e seus*
93 *Anexos, que dispõe sobre o Processo de Licenciamento Ambiental de*
94 *Empreendimentos de Geração de Energia Elétrica a partir de fonte eólica no*
95 *Estado da Bahia.*”, que prevê que para empreendimentos de micro e pequeno porte
96 a Licença é simplificada e para empreendimentos de médio, grande e excepcional
97 porte o processo de licenciamento passa a exigir estudos mais detalhados em um
98 processo de licenciamento mais minucioso. Explicou, em seguida, que apresentou
99 essas informações para mostrar que os empreendimentos que estão sendo
100 instalados em Campo Formoso são de excepcional ou grande porte, mas que estão
101 sendo fracionados em empreendimentos de pequeno porte sendo dispensados os

102 estudos mais detalhados e tão importantes para se verificar o real impacto
103 socioambiental. Apresentou alguns exemplos onde verificam evidências de que
104 esse fracionamento esteja ocorrendo em toda região. Finalizou sua apresentação
105 sugerindo respeito ao modo de vida dos povos e comunidades tradicionais,
106 reconhecimento do real porte dos empreendimentos, exigência de estudos e
107 audiência pública, realização de parcerias entre público-privado para realização de
108 estudos e a exigência de tecnologias melhores e mais eficientes. Na sequência, o
109 Professor Alan falou sobre seus estudos relacionados a avifauna que tem suas
110 rotas migratórias em regiões onde há empreendimentos eólicos. Em sua fala
111 apresentou informações sobre levantamentos de mortes de animais e que,
112 aparentemente, são dados subdimensionados. Comentou ainda o impacto na flora
113 por serem animais polinizadores e citou algumas medidas de melhores práticas
114 como as linhas de transmissão subterrâneas, menores pás para as torres. Por fim
115 disponibilizou link para as informações que mencionou em sua fala. Professora
116 Andreza Barreto Oliveira (Movimento Salve as Serras) agradeceu a oportunidade
117 de fala nesse encontro e fez uma apresentação sobre os impactos socioambientais
118 na produção de energia eólica: uma análise sobre a formação da Serra de
119 Jacobina. Em sua fala apresentou o potencial turístico dessa região e comentou os
120 impactos sobre a Serra de Jacobina no que se refere ao potencial hídrico,
121 paisagístico, turístico, sítios arqueológicos entre outros. Disse estarem recebendo
122 diversas informações sobre contratos de arrendamento para instalação dos
123 empreendimentos e falou dos impactos de implantação desses empreendimentos
124 mostrando o exemplo de procedimento para terraplanagem. Informou que, por
125 meio do Comitê da Bacia do Itapicuru, foram formalizados questionamentos ao
126 INEMA em 28 de outubro de 2020 e que apenas receberam o RIMA no fim de
127 junho de 2021, mas não o EIA. Reforçou, assim, o pedido ao INEMA de acesso ao
128 EIA. Por fim, apresentou a Carta Aberta elaborado pela CAEME – Comissão
129 Regional de Acompanhamento de Empresas Mineradoras e Eólicas que pede que
130 as comunidades locais sejam ouvidas. Clarissa abriu para questionamentos e
131 ponderações enfatizando a necessidade de respeito aos diferentes
132 posicionamentos. Eduardo Topázio (INEMA), Diretor de Recursos Hídricos e
133 Monitoramento Ambiental do INEMA, chamou atenção à liberdade dos técnicos
134 atuarem e analisarem as demandas respeitando os limites legais impostos. Afirmou
135 que, apesar do incremento de investimentos na implementação de instrumentos da

136 Política de Recursos Hídricos como monitoramento e planos de bacia, ainda há
137 carências. Chamou atenção que a mudança na matriz energética é uma luta
138 histórica do movimento ambientalista brasileiro e mundial e que, se há problemas,
139 é preciso trabalhar na melhoria e não em tentar acabar com o incentivo a energias
140 renováveis. Apresentou informações sobre o trabalho desenvolvido pelo INEMA,
141 pelos estudos contratados e pelos resultados obtidos citando como exemplo a
142 verificação que os dados mostram que hoje a região do Itapicuru está com mais
143 água que anos atrás. Afirmou, por fim, que o INEMA continuará trabalhando dentro
144 da Lei e com a independência técnica que tanto prezam. O Promotor Adriano
145 Nunes parabenizou as apresentações e informou que foi feita recomendação do
146 Ministério Público por ele emitido ao INEMA sugerindo a suspensão ou anulação
147 da licença ambiental para a instalação de parque eólico na região de Tucano/BA e
148 Canudos/BA devido aos impactos gerados às araras-azuis-de-lear. Segundo o
149 promotor foi feito Licenciamento Simplificado, mas sua investigação mostrou a
150 necessidade de estudo de impacto ambiental. Leonardo Carneiro (INEMA), Diretor
151 de Regulação do INEMA, lembrou que há uns 15 (quinze) anos atrás estavam
152 debatendo o projeto de uma termoelétrica e algumas representantes de ONGs
153 apresentaram críticas dizendo que na Bahia estavam analisando licenciamento de
154 termoelétricas e que era preciso que o Brasil trabalhasse políticas para uma matriz
155 energética limpa e renovável como se estava fazendo fora do Brasil com incentivo
156 a eólica e solar. Disse que atualmente está se vivendo uma crise energética com
157 possibilidade de racionamento e que toda forma de geração de energia tem
158 vantagens e desvantagens. Lembrou que se um tipo de atividade ou
159 empreendimento passa, de alguma maneira, por um processo de licenciamento
160 ambiental é porque ele, necessariamente, gera impactos ambientais.
161 Especificamente sobre os empreendimentos de geração de energia eólica, disse
162 que os impactos desse tipo de atividade são conhecidos desde aquela época em
163 que era exemplo europeu citado pelo movimento ambientalista brasileiro. São os
164 mesmo desde aquela época: supressão de vegetação para acessos e instalação
165 das bases dos aerogeradores, as plataformas, movimentação de solo,
166 movimentação das obras, impactos sociais, impacto na fauna (especialmente
167 aves), geração de ruído. Nada disso é novo e exclusivo e explicou que o trabalho
168 do licenciamento ambiental e da fiscalização é, observando e atendendo a
169 legislação, impor medidas para reduzir esses impactos conhecidos pela sociedade

170 de modo geral há anos e já bastante estudados. Com relação às questões
171 fundiárias explicou que o INEMA não intervém e nem intervirá em nenhuma
172 negociação desse tipo por não ser de sua competência essa Política Pública,
173 dessa maneira questão fundiária não será analisada e nem resolvida pelo INEMA.
174 Esclareceu, ainda, que mesmo que não seja exigido EIA/RIMA e Audiência Pública,
175 sempre são cobrados estudos, manifestações de órgãos intervenientes como é o
176 caso do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, feito
177 avaliação de impactos e cobrado medidas para minimizar esses impactos, são
178 feitas vistorias de campo, reuniões e entrevistas de campo com a comunidade.
179 Finalizou dizendo que o estado tem sua própria normatização aprovada por
180 Resolução CEPRAM, os impactos gerados por esse tipo de empreendimento são
181 previsíveis, a equipe técnica do INEMA é altamente competente e disse entender a
182 importância desse tipo de debate para esclarecer questões e para que sigam
183 buscando a melhoria em determinados pontos que ainda precisam ser
184 aprimorados. O senhor João Lopes (CEPRAM) parabenizou o trabalho
185 desenvolvido pelos pesquisadores e que é preciso buscar a preservação, mas que
186 não se pode impossibilitar que haja desenvolvimento. A busca deve ser sempre por
187 formas menos impactantes ao meio ambiente e a sociedade em geral e disse que a
188 forma de desenvolvimento dos Estados Unidos não é modelo a ser seguido.
189 Finalizou sua fala parabenizando o trabalho do Ministério Público que é importante
190 parceiro para que a lei seja cumprida e reforçou as falas de Márcia Telles, Eduardo
191 Topázio e Leonardo Carneiro ao afirmarem os limites estabelecidos por essa
192 legislação. O senhor Renato Cunha (CEPRAM) ressaltou a importância desse
193 debate e lembrou que a defesa por energias renováveis é histórica, mas que não
194 se deve ter métodos sujos para gerar energias limpas. Reforçou o posicionamento
195 de não estarem defendendo instalação de usinas nucleares ou mesmo de
196 termoelétricas. A questão é buscar tecnologias mais modernas e melhores, é
197 repensar a localização desses empreendimentos, é ter maior participação social,
198 verificar se não se está criando mecanismos para burlar a legislação com a
199 mencionada fragmentação de grandes empreendimentos em menores que exigem
200 menos estudos, é avaliar o impacto do conjunto dos empreendimentos nos
201 territórios. Disse que é preciso que se reveja a legislação porque são imorais para
202 a proteção ambiental e salientou a atuação do Ministério Público. Por fim, reforçou
203 a importância de que o Fórum promova o debate sobre o modelo de

204 desenvolvimento que se deseja e que nesse sentido é importante ouvir o governo,
205 o setor empresarial, a universidade, a população em geral e, especialmente, as
206 populações vulneráveis. Terminou parabenizando os pesquisadores. Sandro
207 Yamamoto (ABEEólica) apresentou breve contextualização para o crescimento do
208 setor de energia eólica no Brasil e da busca do setor em trazer a melhor tecnologia
209 para o país. Reconheceu que há pontos a serem melhorados e que está
210 registrando diversas ponderações que estão sendo apresentadas. Explicou que
211 estão desenvolvendo ações que visam a melhoria das tecnologias e a redução dos
212 impactos como o caso da aquisição de um modelo de aerogerador que, apesar de
213 ter a pá um pouco maior, substitui a geração de energia de 12 (doze)
214 aerogeradores utilizados anteriormente. Citou, também, o esforço da Associação
215 em manter equipes qualificadas para atender e melhorar o atendimento às
216 demandas ambientais e sociais, além da busca de diálogo com o Ministério Público
217 apresentando seus projetos para discussão. Encerrou sua fala se colocando à
218 disposição para apresentar esses esforços e os avanços conquistados pelo setor,
219 inclusive no que se refere às tecnologias, às práticas ambientais e sociais. Dando
220 sequencia à reunião, a Dra. Cristina Seixas (Ministério Público), iniciou sua fala
221 informando que o Ministério Público (MP) da Bahia vem trabalhando bem próximo à
222 ABRAMPA - Associação Brasileira de Membros do Ministério Público de Meio
223 Ambiente no Brasil com a temática de mudanças climáticas e na busca de que o
224 licenciamento ambiental analise as emissões de gases com vistas ao cumprimento
225 do estabelecido pelo Acordo de Paris e demais acordos internacionais onde o
226 Brasil é signatário. Após parabenizar os pesquisadores disse que a lei precisa ser
227 revista sempre que ela não estiver mais em acordo com a ciência e seus avanços.
228 Afirmou que a legislação ambiental não é a única com potencial para autorizar
229 determinadas condutas. Assim, é preciso que o licenciamento ambiental se adéque
230 a ciência e que o Órgão Ambiental precisa ser menos reativo às críticas e os
231 diferentes saberes. Acredita que é preciso ouvir esses saberes, a ciência, as
232 comunidades tradicionais, a população de modo geral para aplicar, efetivamente, o
233 Direito Ambiental na prática. Explicou que quando o MP instaura procedimentos é
234 porque receberam denúncias e passam a buscar dados técnicos ou científicos e
235 também normativos para chegar a uma conclusão. Assim, vem dialogando muito
236 com os órgãos ambientais para identificar erros e acertos e propor os ajustes
237 necessários e mais uma vez afirmou que não entende que se deva manter uma

238 visão de não querer se adequar e insistir em alegar que se está seguindo a lei
239 porque as questões são diferentes na área ambiental. Reforçou a necessidade de
240 que as empresas estejam cada vez mais próximas e dialogando com os
241 pesquisadores, com a comunidade para se estabelecer o acordo social necessário.
242 Afirmou que é preciso que se tenha uma visão do território, um planejamento e
243 avaliação ambiental estratégica para o território. Pediu, por fim, que fossem dados
244 alguns encaminhamentos por aquele Fórum que é um espaço deliberativo: que os
245 estudos feitos pelos pesquisadores sejam analisados, avaliados e sejam
246 respondidos técnica e cientificamente pelo órgão ambiental e; as informações
247 presentes nos estudos analisados pelo órgão ambiental no processo de
248 licenciamento estejam disponíveis para a sociedade de maneira geral. Evilásio
249 Fraga (CONERH) como representante do Conselho Estadual de Recursos Hídricos
250 e, por isso, chamou atenção às questões relacionadas aos recursos hídricos que
251 foram apresentados e comentadas no debate. Lembrou que a energia hidráulica
252 ainda é a mais usada, no Brasil, mas outras formas vêm sendo incorporadas como
253 a eólica e a solar. A Bahia, por características naturais, passou a despertar
254 interesse de investimentos para atenderem uma demanda da sociedade. Assim,
255 acredita que seja preciso ampliar o diálogo com a sociedade para se compreender
256 as necessidades dessa sociedade, os desejos, os impactos, as formas como se
257 deseja ou permite o atendimento de determinadas demandas. Falou da importância
258 de se diferenciar o que é efeito do clima e o que é impacto da implantação das
259 eólicas. Nesse sentido, explicou sobre o período de estiagem vivido entre 2012 e
260 2019 e que em 2020 é possível verificar uma melhoria do quadro hídrico, inclusive
261 com nascentes voltando a correr. Acredita que no processo de licenciamento sejam
262 feitos monitoramentos e que é necessário separar o que é impacto vindo das
263 eólicas e o que são impactos de outras atividades como caça e outras ações
264 humanas, isso se referindo aos impactos à fauna. Parabenizou o debate e as
265 apresentações. Como sugestão de complementação do encaminhamento sugerido
266 por Cristina Seixas, o Professor Juracy explicou que o trabalho dos professores e
267 pesquisadores é produzir um relatório sobre os impactos nas serras em 03 (três)
268 frentes: impacto sobre os corpos hídricos, impacto das mineradoras e impacto das
269 eólicas. Dessa maneira, até o dia 30 daquele mês o movimento enviará esses
270 estudos para que o INEMA e a SEMA possam analisar e verificar como melhorar o
271 que está sendo pontuado nesses estudos. Topázio e Leonardo concordaram com o

272 encaminhamento e acreditam que todo estudo realizado melhora a informação
273 disponível e a capacitação dos técnicos. Leonardo esclareceu que, na Bahia, o
274 licenciamento de eólicas é trifásico (Licença Prévia, Licença de Instalação e
275 Licença de Operação) com estudos exigidos, nem sempre são EIA/RIMA, e não
276 num processo de licença simplificada como foi sugerido. Com relação a estarem
277 fragmentando empreendimentos de grande porte em menores para, com isso,
278 passarem a um processo de licenciamento simplificado, explicou que o que ocorre
279 é o desenvolvimento de um projeto grande que, depois da licença prévia é
280 fragmentado para a venda no mercado e isso dentro da legalidade de transferência
281 de titularidade permitido dentro do licenciamento o que acaba gerando várias
282 Licenças de Operação com potencial menor, mas no momento de solicitação da
283 Licença Prévia se analisa o impacto do empreendimento maior como um todo.
284 Cristina Seixas reforçou que seu encaminhamento não é para que o INEMA receba
285 os estudos para tomar conhecimento, mas para que analise e responda as
286 denúncias apresentadas como ocorridas dentro de um processo de licenciamento
287 de responsabilidade do INEMA. As informações apresentadas demonstram que há
288 licenciamentos e monitoramentos que precisam ser objeto de revisão e reanálise e
289 devem dar respostas à sociedade e ao Ministério Público. Entende que os estudos
290 são denúncias de que há impactos que não foram analisados e nem considerados
291 e que não cabe ao INEMA discricionariedade em analisar e responder de forma
292 justificada, ele é obrigado a atender e responder denúncias. Topázio lembrou que o
293 que foi apresentado e comentado sobre os estudos se refere a um contexto
294 territorial e não a um ou outro empreendimento, a um ou outro licenciamento.
295 Nesse sentido, Clarissa, afirmou que receberá os estudos e encaminhará para
296 Secretário e Diretora Geral do INEMA, Márcia Telles, para que dê
297 encaminhamento. Agradeceu a presença de todos, lembrou que haverá
298 apresentação do programa de Convivência com o Semiárido e encerrou a reunião.

299 Presentes na reunião:

300

301 Márcia Cristina Telles de Araújo Lima/SEMA

302 André Santana da Silva /Casa Civil

303 André Luiz Liger de Oliveira/SDE

304 Zumira Fontes Lacerda Neta/ SEINFRA

- 305 Ana Paula Alcântara dos Anjos/ SIHS
- 306 Eduardo Fárias Topázio/INEMA
- 307 Cristina Seixas Graça/MP-Ba
- 308 Rui Dias Souza/FAEB
- 309 Sandro Yamamoto/ABEÓLICA
- 310 Décio Novaes Neto/ ABSOLAR
- 311 André Rocha Vieira de Brito/ABAF
- 312 Arisvaldo Queiroz Lisboa/FETAG
- 313 José Maria Landim Dominguez/UFBA
- 314 Maria Dolores Ribeiro Orge/UNEB
- 315 Mara Rojane Barros de Matos/UNEB
- 316 Renato Pegas Paes da Cunha/CEPRAM
- 317 João Lopes Araujo/CEPRAM
- 318 Evilásio da Silva Fraga/CONERH
- 319 Manoel Ailtom Rodrigues de Carvalho/CONERH